



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001437-08.2013.8.26.0233**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Alexandre Eduardo Lourenço da Silva, Gessivan da Silva Correia e Rafael de Souza Gianini**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Aos 21/08/2014 17:58:27 faço estes autos conclusos ao
 MM. 1º Juiz Auxiliar. Eu, (a) esc., subscrevi.

RELATÓRIO

ALEXANDRE EDUARDO LOURENÇO DA SILVA, GESSIVAN DA SILVA CORREIA e RAFAEL DE SOUZA GIANINI foi(ram) denunciado(a)(s) como incurso(a)(s) no art. 157, § 2º, I e II do Código Penal, e art. 244-B do ECA, porque, segundo a denúncia, em 06/06/13, por volta das 12h30min, na casa lotérica situada na Rua Visconde de Pelotas, 680, em Ibaté, em concurso com o adolescente J.P.T, a quem corromperam, teriam subtraído, mediante grave ameaça exercido com o emprego de arma de fogo contra as vítimas Regina Maria de Moraes Bianco Regolão, Patrícia Almeida Marques e Daniela Rodrigues de Almeida e outras pessoas que se encontravam no local, a quantia em dinheiro de aproximadamente R\$ 10.800,00, pertencente ao estabelecimento comercial.

A denúncia foi recebida em 07/08/13 (fls. 177/181), os acusados foram citados e apresentaram respostas, não sendo absolvidos sumariamente e inaugurando-se a instrução criminal (fls. 305), ao longo foi colhida prova oral (CD de fls. 331, 3 vítimas e 2 testemunhas; fls. 385/387, 1 testemunha; CD de fls. 406, interrogatório de Gessivan e Alexandre. O acusado Rafael, foragido embora citado pessoalmente, teve a sua revelia decretada e não foi interrogado.

As partes manifestaram-se em memoriais, pugnando o Ministério Público (fls. 411/416) pela condenação, a(s) Defesa(s) de Gessivan e Alexandre (fls. 426/432) pelo afastamento da qualificadora do emprego de arma, pois esta estava desmuniada, pelo não-agravamento da pena em razão do envolvimento de menor já que os acusados não tinham conhecimento da menoridade do comparsa, pelo reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, e, em relação a Alexandre apenas, seja beneficiado por atenuante em razão da menoridade e observada ainda sua primariedade; a Defesa de Rafael (fls. 435/441) pela absolvição em razão da insuficiência de provas quanto à autoria, ou, subsidiariamente, pela fixação da pena em seu mínimo, reconhecendo-se ainda a minorante da participação de menor importância, e a substituição da pena privativa de liberdade por alternativas.

FUNDAMENTAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Corrupção de Menor

Os acusados devem ser absolvidos deste delito. O adolescente, nascido em 03/03/96, tinha quase 18 anos quando envolveu-se no crime. Os acusados Alexandre e Gessivan alegam que não sabiam tratar-se de menor. A sua versão, ainda que não seja verossímil, é possível. Prevalece a presunção de inocência. Há dúvidas sobre o dolo dos acusados.

Roubo

A **materialidade delitiva** e **autoria** estão comprovadas, inicialmente, pelas imagens de fls. 08/11, relatório de fls. 14/16, autos de reconhecimento fotográfico de fls. 114, 119 autos de reconhecimento pessoal de fls. 125/126 e demais provas colhidas durante a investigação e instrução criminal.

As vítimas Daniela Rodrigues de Almeida, Patrícia Almeida Marques e Regina Maria de Moraes Bianco Regolão (CD, fls. 331) narraram, de modo harmonioso e coerente, a dinâmica do roubo praticado contra a lotérica, em concurso de agentes (3 indivíduos entraram no estabelecimento; 1 aguardou do lado de fora, no veículo) e com o emprego de arma de fogo, com a subtração de cerca de R\$ 10.800,00, em dinheiro, do estabelecimento. As vítimas ainda confirmaram, em juízo, os reconhecimentos fotográficos efetuados a propósito de Alexandre, Gessivan e J.P.T. (fls. 156, 157). O adolescente J.P.T. foi inclusive reconhecido pessoalmente (fls. 125, 126).

O investigador de polícia Antonio Adegas Martineli Junior expôs em juízo, ainda, as diligências investigativas que possibilitaram a apuração da autoria (CD, fls. 331). Nesse concernente, tem-se o relatório de fls. 14/16.

Os acusados Alexandre e Gessivan, interrogados, confessaram os fatos (CD, fls. 406).

O acusado Rafael, a despeito da tese de defesa, também tem sua culpa bem comprovada. O adolescente J.P.T. o delatou (fls. 127). É o proprietário do veículo utilizado para fuga (fls. 385/387). Em sua residência, o veículo em questão foi encontrado (fls. 15).

Impõe-se a condenação.

Quanto à(s) **tese(s) de defesa**, observa-se, inicialmente, a impossibilidade de se afastar a causa de aumento do emprego de arma, uma vez que, municiada ou não, teve o efeito intimidatório sobre as vítimas, que justifica a incidência da majorante.

Rafael não será beneficiado pela minorante da participação de menor importância, haja vista a significativa relevância causal de seu comportamento, ao contribuir com o veículo utilizado para o deslocamento e fuga dos agentes, e participar durante a própria execução do delito, aguardando em seu veículo, e fugindo com os comparsas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Passo à dosimetria da pena (sistema trifásico: art. 68, caput CP).

Em análise do apenso não identifiquei antecedente criminal de qualquer acusado, mesmo Gessivan (= sentença transitada em julgado).

1- GESSIVAN

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): o alto valor da soma subtraída, R\$ 10.800,00 (consequências do crime) e o número de vítimas ameaçadas com a arma de fogo são fatores que exigem o aumento da pena, em 1/6.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): a pena torna ao mínimo em razão da confissão espontânea (art. 65, III, "d", CP).

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): incidem as majorantes do concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, o que autoriza a majoração da pena em 5/12.

Pena definitiva: 05 anos e 08 meses de reclusão.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP): admite-se, no caso, o semiaberto.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): inadmitida.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): preponderantemente, considera-se a condição econômica do acusado. É imposta no mínimo.

2- ALEXANDRE

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): o alto valor da soma subtraída, R\$ 10.800,00 (consequências do crime) e o número de vítimas ameaçadas com a arma de fogo são fatores que exigem o aumento da pena, em 1/6.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): a pena torna ao mínimo em razão da confissão espontânea (art. 65, III, "d", CP) e menoridade do agente.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): incidem as majorantes do concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, o que autoriza a majoração da pena em 5/12.

Pena definitiva: 05 anos e 08 meses de reclusão.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP): admite-se, no caso, o semiaberto.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): inadmitida.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): preponderantemente, considera-se a condição econômica do acusado. É imposta no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
 CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
 Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

mínimo.

3- RAFAEL

Pena Privativa de Liberdade.

Primeira fase (circunstâncias judiciais: art. 59, CP): o alto valor da soma subtraída, R\$ 10.800,00 (consequências do crime) e o número de vítimas ameaçadas com a arma de fogo são fatores que exigem o aumento da pena; noutro giro, embora certo que este agente não teve participação de menor importância que justifique a minorante postulada pela defesa, mas, por outro lado, não participou dos atos de ameaça, não empregou a arma de fogo, o que recomenda a manutenção da pena no mínimo.

Segunda fase (agravantes ou atenuantes: arts. 61, 62 e 65, CP): não há agravante ou atenuante.

Terceira fase (causas de diminuição ou aumento da pena): incidem as majorantes do concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, o que autoriza a majoração da pena em 5/12.

Pena definitiva: 05 anos e 08 meses de reclusão.

Regime inicial de cumprimento (art. 33, §§ 2º e 3º c/c art. 59, III, CP): admite-se, no caso, o semiaberto.

Substituição por penas alternativas (art. 44, CP): inadmitida.

Pena Pecuniária (art. 49 c/c art. 59, II c/c art. 60, CP): preponderantemente, considera-se a condição econômica do acusado. É imposta no mínimo.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** a ação penal **ABSOLVENDO** os acusados Alexandre Eduardo Lourenço da Silva, Gessivan da Silva Correia e Rafael de Souza Gianini quanto ao crime do art. 244-B do ECA com fulcro no art. 386, VII do CPP, e **CONDENANDO-OS** como incurso(a)(s) no art. 157, § 2º, I e II do Código Penal, aplicando-lhes, em consequência, as penas de (a) reclusão de 05 anos e 08 meses, em regime inicial semiaberto (b) multa de 10 dias-multa, valendo cada qual 1/30 do salário mínimo.

Tendo respondido ao processo em prisão cautelar, e como não houve alteração no panorama probatório que ensejou tal fato – aliás, a sentença reconheceu a responsabilidade criminal -, denega-se o direito de recorrer(em) em liberdade, subsistentes os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 c/c art. 313, CPP) nos termos do que foi decidido anteriormente neste processo.

Sem condenação em custas, uma vez que faz(em) jus à AJG.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana
CEP: 14815-000 - Ibaté - SP
Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Ibaté, 22 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Aos 22/08/2014 recebi os presentes autos em cartório. Eu,
(a) esc., subscrevi.